

Fiúza alterou emenda fora do prazo

Os técnicos do Prodasen vão provar, através de um relatório entregue ontem ao deputado Roberto Rollemberg (PMDB-SP), que o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) incluiu emendas no Orçamento de 1992 após a sua aprovação pelo Congresso Nacional. O Prodasen encontrou três emendas de Fiúza, todas para o Ceará, incluídas fora do prazo legal. "O deputado Ricardo Fiúza disse que nunca incluiu emendas fora do prazo e que se encontrássemos alguma poderíamos cassá-lo", disse o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). "Está aí, ele se auto cassou".

Depois de pesquisar mais de 70 mil emendas, os técnicos do Prodasen encontraram três emendas de Fiúza ao Orçamento de 1992 que não tinham sido apresentadas no prazo devido. As emendas de números G00063-0, G00064-8 e G00065-6 são todas para a construção de quadras de esporte em Novo Oriente, Jaguaratama e Acaraú, no Ceará. "O Fiúza incluiu emendas para o Ceará, que ele identificou como pedidos do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE)", disse Sérgio Miranda.

Datas — No relatório preparado pelos técnicos do Prodasen e apresentado ontem à noite ao deputado Roberto Rollemberg, constata-se que as emendas citadas "não constavam do relatório de 18/12/91, aprovado na Comissão de Orçamento. Essas emendas aparecem com registro de alteração ou inclusão no dia 15/01/92". Esse era o texto da

primeira versão do relatório apresentada ao parlamentar paulista.

As datas são importantes porque um acordo feito na Comissão Mista de Orçamento permitia a inclusão ou alteração de emendas até o dia 19 de dezembro de 1991. As emendas, no caso, foram incluídas no Orçamento quase um mês depois. Há informações que estão sendo cheçadas pelo Prodasen de que Fiúza teria incluído até 177 emendas no Orçamento depois do prazo acertado. "Podem me cassar, se concluírem que incluí alguma emenda nova no Orçamento", desafiou Fiúza.

Apuração — Ele chegou a dizer que as emendas incluídas seriam do deputado Carlos Benevides. A pesquisa feita pelo Prodasen mostrou que as emendas não foram apresentadas pelo parlamentar cearense, pelo menos no prazo legal. As primeiras denúncias da modificação irregular do Orçamento da União foram feitas em junho de 1992, em ofício assinado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Jutahy Magalhães (PSDB-BA), Pedro Simon (PMDB-RS) e José Paulo Bisol (PSB-RS). Esse ofício foi entregue ao então presidente do Congresso, senador Mauro Benevides (PMDB-CE).

O senador Mauro Benevides remeteu o ofício para a Comissão Mista de Orçamento. Algum tempo depois, um parecer assinado pelo senador Magno Bacelar (PDT-MA) dizia não ter encontrado nada de irregular no processo.